Introdução

Gostaria de introduzir o presente estudo deixando registrado o quanto estão relacionados o propósito da Dissertação que ora se inicia e as primeiras leituras deste autor a respeito de Fílon de Alexandria – sem dúvida, um dos mais obscuros personagens da história da filosofia ocidental, e quiçá um dos mais complexos de seu tempo.

Em meus longos estudos sobre a Bíblia Sagrada, quando tive a oportunidade de tomar conhecimento do pensador a cujas idéias aqui me dedico, me parecia efetivamente tratar-se de um mero judeu helenizado que se tornaria de algum modo precursor da teologia cristã em inúmeros aspectos marcantes, o que – confesso – me inibiu o interesse mais imediato por sua obra. Posteriormente, já no início de meu curso de Mestrado, tive a oportunidade de travar contato com pequena parte de seus escritos, e conhecer melhor o papel que lhe cabia na tradição filosófica. Devo também confessar que me surpreendi duplamente. Primeiro, ao constatar o forte e denso conteúdo judaico de muitas de suas considerações, a meu ver, evidentemente distintas daquelas elaboradas pelos cristãos, reconhecendo ali o uso intenso de uma sofisticada hermenêutica. Segundo, pela superficialidade do tratamento dado por muitos de seus críticos, muitas vezes por não reconhecerem o quanto judeu era Fílon, fosse por desconhecimento específico, fosse por mero preconceito.

Este foi o ponto de partida de meu envolvimento com sua obra, no intuito de obter bases mais seguras para uma proposta de reavaliação do lugar de Fílon na filosofia, tarefa esta bastante temerária, mas não tanto pelo fato de ser amplamente desconhecido em nosso país, onde não há um único tratado seu publicado, e raras são as obras que o citam, e, ainda assim, predominantemente, como fonte histórica. Temerária, acima de tudo, porque seus críticos há muito já deram por encerradas muitas questões que eu pretendia trazer de volta à tona, ambição para a qual foram fundamentais o apoio, o respeito, a confiança e a atenção de meu orientador, através de quem tive nas mãos, pela primeira vez, um texto de Fílon.

Apesar de tais dificuldades, na verdade, não é tão difícil descobrir textos e comentadores de relevância quanto acessá-los, mesmo porque quase todo o material disponível se encontra em grego, latim, alemão, inglês e francês. Há material e informações importantes inclusive na internet, embora as bibliotecas tenham se mostrado ainda como a melhor opção. O destaque cabe ao anuário *Studia philonica*, que, infelizmente, não foi consultado como se deveria, em razão mesmo da indisponibilidade de seus volumes em nosso país e do alto custo que acarreta sua aquisição – hoje, somam mais de vinte volumes.

De qualquer modo, quanto à seleção das fontes, com efeito, não encontramos grandes problemas. Em geral, os comentadores se mostram simpáticos com relação a Fílon, e isto, unido ao fato de os estudos feitos sobre ele e sua obra não trazerem grandes novidades há muitas décadas – donde cremos decorrer o crescente desinteresse que despertam –, nos permite restringir um pouco o foco sobre aquelas obras mais completas, abrangentes, respeitáveis e de maior peso e/ou presença, no sentido de serem amplamente utilizadas pelos críticos mais recentes. Aliás, é de se notar que pouca diferença há entre as referências bibliográficas de grande parte dos inúmeros livros e artigos existentes sobre Fílon.

Neste sentido, notará o leitor que o texto que se segue se concentra em dois comentadores, ou, mais precisamente, duas obras, além – é claro – dos tratados de Fílon. Faz-se então necessário, antes de mais, destacar o critério desta “escolha”. Tratam-se dos estudos de Emile Bréhier e de Harry A. Wolfson sobre a filosofia de Fílon. O primeiro, célebre historiador francês especializado no pensamento antigo, e uma das mais importantes e recorrentes referências do século XX, senão a maior delas, ao menos no que concerne ao pensamento filoniano. O segundo, filósofo, sem dúvida, o mais dedicado dos filonistas que já tivemos, cuja obra aqui utilizada não foi publicada a tempo de receber a devida atenção de Bréhier em seu estudo para que este respondesse às críticas ali contidas. A opção – que não foi mais voluntária do que circunstancial – se nos mostra satisfatória também pela seguinte razão: Se Wolfson nos oferece quase mil páginas de uma investigação profunda do pensamento filoniano, lançando o olhar não só para a produção intelectual anterior e contemporânea a Fílon, mas também para o que veio após, ainda nos dá a conhecer com admirável destaque todo um acervo de fontes judaicas verdadeiramente ímpar em qualquer trabalho publicado a respeito de nosso filósofo. Por seu lado, Bréhier representa muito bem a tradição dos comentários sobre a obra filoniana, com todas as conside-

rações cuja inconsistência intentamos apontar, mas não sem a devida sensibilidade para aprofundar os tópicos mais tensos e problemáticos e para tentar equacionar da melhor forma possível, dentro de tal perspectiva “ortodoxa”, toda a gama de questões sobre as quais tanto já se discutiu no que concerne à doutrina que ora nos ocupa.

Em suma, a referência massiva a Bréhier e a Wolfson não só é representativa de duas posturas contrapostas – mas nem sempre excludentes, pelo que, em muitos momentos, damos ênfase à obra do primeiro – como também traz ao leitor os mais relevantes e detalhados estudos já empreendidos sobre Fílon e seu pensamento. Em um plano secundário, nos utilizamos de outras fontes também relevantes, dentre as quais merecem destaque os artigos de David T. Runia, o mais eminente filonista da atualidade, de postura tradicional, mas aberta e criteriosa, e Israel Efros, que se dedica a relacionar os pensamentos filônico e rabínico em contraposição a autores como Heinemann, Guttmann e, sobretudo, o também respeitável Festugière, outro dos mais importantes críticos de Fílon. Naturalmente, também merecem destaque as introduções aos tratados em sua edição francesa (sobretudo as de Arnaldez e Kahn), mais freqüentemente utilizada aqui por sua acessibilidade e qualidade de conteúdo, uma vez contemplando a edição Loeb que a precedeu em cerca de três décadas.

Feitas estas apresentações acerca das motivações e das fontes que nos servirão como base, passemos ao conteúdo do presente estudo.

Em nosso primeiro capítulo (Fílon de Alexandria e a tradição filosófica), de caráter prefacial e/ou contextualizador, pretendemos expor uma visão panorâmica do filósofo e sua obra como um todo, bem como sua recepção posterior. Ainda nesse capítulo, serão discutidas especialmente duas questões de extrema centralidade no que respeita à aproximação de Fílon no contexto da tradição filosófica: 1) a caracterização, hoje dominante, de Fílon como eclético em contraste com sua originalidade; 2) o papel e o caráter de suas alegorias enquanto método de exegese bíblica, fórmula retórica e fundamento para considerações filosóficas, o que tende mesmo a ser tomado como uma espécie de porta de entrada para uma assimilação indiscriminada do helenismo e sua inserção no texto bíblico.

Nesse ponto, deverá ser discutida a tendência à avaliação da doutrina filoniana sob o pressuposto de sua condição judaico-helenística, o que nos parece sobrepor o contexto geral às peculiaridades de nosso autor, obscurecendo assim ainda mais o pensamento de Fílon. Tentar-se-á, portanto, não apenas questionar sua relação com

o mundo grego como também com o mundo judaico, em busca daquilo que torna a combinação filoniana algo digno de interesse, estudo e aprofundamento. Para tal tarefa, tomaremos a doutrina do Logos e as controvérsias que a cercam, sendo seu estudo dividido em quatro etapas fundamentais correspondentes aos capítulos que se seguem, muito embora, por diversas vezes, em razão mesmo do caráter difuso e digressivo da exposição filoniana, vários tópicos permeiem todo o nosso texto. De qualquer modo, segundo o método que empregamos, partimos em um movimento ascendente, desde o plano da imanência, da materialidade, em direção aos insolúveis mistérios do Deus filoniano.

A primeira dessas etapas é, a título de exclusão, refutar a tão freqüente identificação entre filonismo e estoicismo – feita especialmente por Bréhier –, sobretudo no que toca à sua cosmologia e implicações éticas da mesma. Como a questão da imanência do Logos divino no mundo criado consiste no ponto tangencial entre as doutrinas, de fato torna-se um tanto complexo tratarmos desta relação antes de discutirmos em profundidade a teoria filoniana dos intermediários. No entanto, a partir do momento em que o pensamento estóico, cuja terminologia Fílon emprega largamente, é evidentemente modificado por uma perspectiva de cunho prematuramente neoplatonista, se nos mostra necessário, antes de mais, apontar o quanto é insuficiente, impróprio e contraditório reduzir o filonismo ao estoicismo.

Embora a perspectiva estóica também afete o “platonismo” de Fílon, não vemos aí tamanha desfiguração, uma vez que encontramos em Fílon uma incontestável precedência do idealismo platônico em relação ao panteísmo dos estóicos, o qual ele virá a criticar enquanto apreensão imperfeita da divindade, conforme pretendemos estabelecer no capítulo IV. Por esta razão, somente após discutirmos a tão controversa relação entre filonismo e estoicismo é que daremos início à avaliação do papel e da relevância do platonismo no que podemos designar por “idealismo filônico”, ou o que é chamado por alguns de “sincretismo estóico-platônico”. Este é, portanto, o objetivo de nosso terceiro capítulo, onde tratamos da relação entre o Logos filoniano e o mundo platônico das Idéias. Nesse momento de nosso estudo, o tópico central será o dualismo inteligível/sensível e suas variações, bem como o papel e a dimensão que adquire essa problemática na obra de Fílon.

Somente a partir disto estaremos prontos para tematizar a doutrina filoniana dos intermediários em seu todo, ou seja, após havermos contemplado as bases sobre as quais se fundam sua manifestação imanente e sua existência ideal.

É nesse momento de nosso estudo que há uma espécie de “divisor de águas”. Se até o momento nos preocupamos em confrontar o pensamento filoniano com as escolas filosóficas tidas como mais influentes sobre sua doutrina, a partir de então, nos dedicaremos ao que esta última conserva de mais próprio. Distintas as características do Logos filoniano daquelas do Logos estóico e do mundo platônico das Idéias, ou seja, estudados o Logos imanente e o Logos transcendente em suas respectivas totalidades, é chegada a hora de considerarmos mais de perto seus elementos constitutivos ou mesmo sua totalidade enquanto hipóstases.

É de se notar aqui que entendemos pelo termo “hipóstase” a manifestação do princípio universal em unidades distintas entre si, em individualidades que refletem a natureza divina em cujo nome atuam no mundo criado enquanto potências imanentes. Em outros termos, temos por Logos hipostasiado o conjunto das diversas formas pelas quais Deus Se manifesta no mundo, à exceção da Palavra divina, a qual, além de não poder ser tomada por indivíduo, nos exige uma abordagem à parte, a ser empreendida em nosso capítulo final.

Logo, a questão que norteará nossa discussão acerca do Logos como hipóstase e a “encarnação do Verbo” será aquela da pluralidade de deuses, do politeísmo ou da multiplicidade de nomes e atributos divinos como resultantes de apreensões imperfeitas ou incompletas da divindade, da contribuição do panteísmo estóico na transição para a fé monoteísta no mundo helenístico, e isto após expormos a impropriedade da associação entre o Logos filoniano e o Logos joanino. Em se tratando de temas mais especificamente filônicos, nos dedicaremos ao questionamento acerca das principais potências de Deus, aquelas que, mais próximas a Ele, são os instrumentos da criação e do governo do mundo, finalizando com o estudo da identificação entre Deus, Logos e Sophia.

Como encerramento, o Logos deverá ser apreciado em sua acepção mais propriamente bíblica, que se divide, a grosso modo, em duas instâncias: segundo a primeira, é a Palavra divina pela qual Deus revela a Si e Suas leis ao profeta; de acordo com a segunda, trata-se essa mesma Palavra como elemento constitutivo da realidade, o Verbo criador que se coisifica pela Vontade divina, fazendo emergir o mundo à existência e à visibilidade.

Uma última notação que se julga pertinente fazer é a de chamar a atenção para nossas notas complementares. Acredita-se enriquecer o conteúdo do presente estudo por meio da agregação desse material ao fim de cada capítulo, embora sempre indi-

cando-o nos momentos apropriados, poupando assim o leitor de digressões mais longas a cada passo, bem como de referências adicionais e comentários secundários, porém sempre considerados de grande relevância não apenas à boa compreensão como também à reflexão. Nesse caso, algumas citações, controvérsias e referências a fontes judaicas, cujo interesse muitas vezes se mostra mais específico, em vez de omitidas, são aqui preservadas a fim de que a abordagem de cada tópico seja apresentada de maneira tão completa quanto possível.